

Aquisição de Serviços de Expedição de Correspondência

Concurso Público n.º 03/CP/CMM/2025

Programa do Procedimento

Cláusula 1.ª

Identificação e Objeto do Procedimento

1. Concurso Público ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, adiante designado por CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.
2. O presente procedimento tem por objeto principal a aquisição de serviços de distribuição postal, de acordo com as características definidas no Caderno de Encargos e mapa de quantidades, nos termos da Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, na sua versão mais atualizada, compreendendo os seguintes lotes, a saber:
 - a) Lote 1 – Serviços distribuição postal - correio
 - b) Lote 2 – Serviço distribuição de correio endereçado – Faturas domésticas de Águas
3. A descrição do objeto obedece à classificação CPV (Common Procurement Vocabulary), 64100000-7 Serviços postais e de correio rápido, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, que alterou o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Cláusula 2.ª

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município da Moita, com sede no edifício dos Paços do Concelho, na Praça da República, 2860-007 Moita. Contactos: tel. 21 280 67 00, Fax: 21 289 03 25 e endereço de correio eletrónico: gab.aprovisionamento@cm-moita.pt

Cláusula 3.ª

Órgão que Tomou a Decisão de Contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Edgar Rodrigues Sá Albino, por despacho datado de 14 de fevereiro de 2025, no uso das competências delegadas pela Deliberação de Câmara n.º 1/XIII/2021, de 26 de outubro.

Artigo 4.º

Esclarecimentos retificações e alterações das peças do concurso

Os pedidos de esclarecimentos necessários de quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas, bem como as listas contendo os erros e as omissões das peças do concurso, devem ser apresentados, por escrito, na plataforma eletrónica com endereço <https://www.acingov.pt>, utilizada pela CMM, até às 23h:59m do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 5.ª

Órgão Competente para Prestar Esclarecimentos

- 1- O órgão com competência para prestar esclarecimentos, no âmbito do artigo 50.º, do CCP, é o júri do procedimento, designado nos termos do artigo 67.º, do CCP nomeado para o efeito e com competências delegadas pela Câmara Municipal, através da Deliberação referida na cláusula 3.ª, que deu origem ao presente procedimento.
- 2 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são prestados, por escrito, pelo júri, através da plataforma eletrónica, na mesma funcionalidade referida no número anterior, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 3 - Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º

Acesso às Peças do Procedimento

1. As peças que constituem o presente procedimento serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública com o seguinte endereço: <https://www.acingov.pt>.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica permite efetuar a consulta, o download das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta.
3. Para terem acesso à plataforma, os concorrentes deverão efetuar o login no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>.
4. Em caso de dúvida contacte a linha de apoio técnico da “AcinGov” 707451451, que funciona das 09h00 às 18h00, em dias úteis e o seguinte endereço apoio@acingov.pt.

Artigo 7.º

Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 8.º

Modo de apresentação de propostas

1. A apresentação da proposta deverá ser realizada de forma eletrónica, nos termos do n.º 1 do artigo 62.º do CCP, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:
 - a) Data-limite de entrega: até às 23H59m, do 10.º dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República.
 - b) Prazo validade das propostas: 90 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. A entrega das propostas do presente procedimento será efetuada na plataforma de contratação acessível através do seguinte endereço: <https://www.acingov.pt>.
3. Em caso de dificuldade para aceder e utilizar a plataforma deverá contactar o Serviço de Apoio ao Cliente indicado no n.º 4 da cláusula 6.ª deste Programa.
4. A proposta e os documentos que a compõem devem ser assinados eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada.
5. Nos casos em que o certificado digital utilizado não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de representação do interessado deve submeter à plataforma um documento eletrónico oficial comprovativo do seu poder de representação.

Artigo 9.º

Documentos integrantes da proposta

- 1 - Na proposta, o concorrente manifesta ao Município da Moita a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 2 - São admitidas propostas para todos ou alguns dos lotes, devendo, contudo, sob pena de exclusão, contemplar a totalidade dos riscos integrados em cada lote, objeto do procedimento.
- 3 - A proposta do concorrente deverá ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente convite do qual faz parte integrante;
 - b) Além do documento referido na alínea anterior, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução deve apresentar uma proposta de preço que deverá referir obrigatoriamente os seguintes elementos:
 - Declaração de preço contratual (Minuta anexo A - proposta anual e de preço total) que deve fazer-se acompanhar de:
 - i) Lista de preços unitários por tipo de expedição, detalhando, quando aplicável, o valor da taxa comercial de desconto a aplicar em função das quantidades a expedir, de acordo com o definido no Caderno de Encargos e condições técnicas;
 - ii) Lista de preços totais por Lote previsto no caderno de encargos;
 - iii) Preço global do serviço, sem inclusão do IVA e com a indicação da taxa legal se aplicável.
- 4 - Os concorrentes poderão ainda apresentar quaisquer outros documentos que considerem indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.

5 - Os documentos da proposta identificados nos números 2 e 4 do presente artigo, devem ser assinados pelo concorrente ou seu representante que tenha poderes para o obrigar, devendo, sempre que seja assinada por procurador, ser junta procuração que confira a este último, poderes para o efeito.

6 - Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica devem ser assinados nos termos dos artigos 54.º e 68.º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto, com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais;

7 - Os documentos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do concorrente que os submete na plataforma.

8 - Os documentos que originariamente não se encontrem assinados com recurso a certificado qualificado pela entidade emitente ou que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica, de quem os submete na plataforma, atestando a sua conformidade com o documento original;

9 - Nos documentos eletrónicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita incluindo os que exijam processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, nos termos do artigo 376.º do Código Civil e do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei nº 290-D/99, de 02 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 88/2009, de 9 de agosto, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do n.º 2 do artigo 146.º do CCP;

10 - Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

11 - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento de concorrentes, os documentos da proposta identificados nos números 2 e 4 do presente artigo devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os membros ou respetivos representantes.

12 - Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa. sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas, sempre com o mesmo tipo de máquina, se for datilografada ou processada informaticamente.

13 - Se pela sua natureza ou origem os documentos que não possam ser redigidos em língua portuguesa terão que fazer-se acompanhar de tradução legalizada ou em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

14 - A Proposta apresentada pelo concorrente é considerada como totalmente incondicionada, tendo-se como não escritas quaisquer condições divergentes do Caderno de Encargos ou alternativas de qualquer natureza que constem da mesma Proposta ou de outros documentos que a acompanhem.

15 - Não é admissível a apresentação de Proposta variante.

É Proposta variante a que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenha atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas às admitidas pelo caderno de encargos

16 - A não apresentação de todos os documentos exigidos neste artigo, nas condições nele expressas, implica a exclusão da proposta.

Artigo 10.º

Critério de Adjudicação e Critério de Desempate

1 - A adjudicação das propostas será feita por lotes, nos termos do art.º 46.º-A do CCP não havendo limitação ao número máximo de lotes a serem adjudicados a cada concorrente, salvaguardando-se a possibilidade de celebração de contratos por lote ou para a totalidade dos lotes e segundo o critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, determinada pela modalidade de avaliação do preço enquanto único aspeto de execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

2 - No caso de o mais baixo preço constar em mais do que uma proposta, deve ser adjudicada a proposta que apresente uma maior taxa de desconto por lote.

3 - Como segundo critério de desempate, é definido como critério de desempate o proponente que seja detentora de certificação PME.

4 - Não há lugar à adjudicação quando se verifique qualquer uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 79.º do CCP.

Artigo 11.º

Documentos de Habilitação

1. 1. Ao adjudicatário ser-lhe-á solicitado os seguintes documentos de habilitação:

1.1. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II a este programa de procedimentos;

1.2. Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (Certificado emitido pela entidade competente);

1.3. Documento comprovativo de submissão de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE);

1.4. Documento de início de atividade ou declaração finanças ou cópia da certidão do registo comercial da sociedade ou código de acesso à “Certidão Permanente” da sociedade, no caso de o concorrente ser uma pessoa coletiva.

1.5. Indicação do número do cartão de cidadão ou do bilhete de identidade e do número de identificação fiscal de quem outorga o contrato, devendo os mencionados documentos serem exibidos no momento da outorga.

1.6. Indicação do interlocutor responsável pelo contrato a celebrar, o qual devera indicar o nome e os contatos: email e telefone.

1.7. No caso de o preço global proposto na proposta adjudicada determinar a sujeição do contrato a celebrar a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o adjudicatário deve ainda apresentar um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro,

pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, nos termos previstos no n.º 9, do artigo 81.º, do CCP.

2. O prazo para a apresentação, pelo adjudicatário, dos documentos de habilitação será de 5 dias úteis após notificação da adjudicação.
3. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
4. O prazo a conceder pela entidade adjudicante para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º será de **5 dias úteis**.
5. Quando os documentos a apresentar se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta desde que o referido sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
7. A não apresentação dos documentos de habilitação, por motivo que seja imputável ao adjudicatário, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do CCP, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Artigo 12.º

Caução ou Retenção

1. Não é exigida a prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.
2. A Entidade Adjudicante poderá, se a execução do contrato assim o justificar, proceder à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do n.º 3 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 13.ª

Celebração de Contrato Escrito

O contrato cujo valor seja superior ao previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP (10.000,00 €) será reduzido a escrito, sendo os respetivos encargos suportados pelo adjudicatário

Cláusula 13.ª

Prevalência

Nos termos do artigo 51.º do Código dos Contratos Públicos, as normas constantes do CCP prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Cláusula 14.ª

Legislação Aplicável

Em tudo o que não estiver previsto no presente Programa de Concurso, bem como no Caderno de Encargos será aplicável o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão mais recente - (Retificação n.º 25/2021, de 21/07) e respetiva legislação regulamentar, o Código de Procedimento Administrativo e em demais legislação aplicável.

ANEXOS:

A – Modelo de Declaração de Preço

I - Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP

II - Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP

Anexo A

Modelo de Declaração de Preço

_____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de _____ {empresa, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Concurso Público n.º XX/XXXX, para XXXX, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, de acordo com preço global de _____ €, referente ao Lote 1 e o preço global de _____ €, referente ao Lote 2.

(local, data e assinatura)

Anexo I

Modelo de Declaração

(Alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.)

- i. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- ii. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo³:
 - a.
 - b.
- iii. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- iv. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- v. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- vi. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º1 do artigo 55.º do referido Código.

- vii. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura⁴].

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º

⁴ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

Anexo II

Modelo de Declaração

(Alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP)

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de.. (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados³] os documentos comprovativos de que a sua representada⁴ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura].

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

³ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁴ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”